



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 10:10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Discussão e votação na especialidade de:**
 - **Proposta de Lei n.º 19 XII 1.ª (GOV) - "Altera a Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários";**
 - **Proposta de Lei n.º 20/XII/1.ª (GOV) - "Cria equipas extraordinárias de Juizes Tributários";**
- 3. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 4. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias, designadamente:**
 - **Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria um mecanismo de avaliação e controlo para verificar a aplicação do acervo de Schengen [COM(2011)559] - Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS);**
 - **Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excepcionais [COM(2011)560] - Relatora: Deputada Isabel Oneto (PS);**
 - **Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório de 2010 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE [COM (2011) 160 final] - Relatora: Deputada Elza Pais (PS);**
- 5. Fixação da redacção final da Proposta de Lei nº 14/XII/1.ª (GOV) - "Transfere competências dos Governos Cívicos e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República";**
- 6. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), deu início à reunião com a distribuição das seguintes iniciativas legislativas:



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

PROJECTO DE LEI

| N.º AUTOR | Título | ADMISSÃO | BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE |
|-------------------|---|------------|--------------------------------|
| 85/XII/1 (PCP) | Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos). | 11-10-2011 | 13-10-2011 |

Relator: Deputado Luís Pita Ameixa

PROPOSTA DE LEI

| N.º AUTOR | Título | ADMISSÃO | BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE |
|-------------------|--|------------|--------------------------------|
| 27/XII/1 (GOV) | Aprova o Orçamento do Estado para 2012 | 17-10-2011 | 17-10-2011 |

Área da Administração Interna – Relator: Deputado Relator Hugo Lopes Soares (PSD)

Área da Justiça – Relatora: Deputada Cecília Honório (BE)

Área da Igualdade – Relatora: Deputada Elza Pais (PS)

Em seguida, teve lugar a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 19 XII 1.ª (GOV) - "*Altera a Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários*".

Esta Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 30 de Setembro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade. Apresentaram propostas de alteração, durante a discussão e votação, os Grupos Parlamentares do PCP, do PS e, conjuntamente, do PSD e do CDS-PP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

A Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei nos seguintes termos:

Intervieram na discussão os Senhores Deputados João Oliveira (PCP), Teresa Leal Coelho e Hugo Velosa (PSD), Jorge Lacão (PS) e Teresa Anjinho (CDS/PP), que apreciaram e debateram as propostas de alteração apresentadas e as soluções da Proposta de Lei:

Artigo único

- na redacção da proposta de alteração do PCP – rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP e do BE;
- na redacção da proposta de alteração do PS – rejeitado, com votos contra do PSD, do CDS-PP e do PCP e votos a favor do PS e do BE;
- na redacção da proposta de substituição integral do artigo, do PSD – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP e do BE.

Procedeu-se ainda à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 20/XII/1.ª (GOV), que “*Cria equipas extraordinárias de juízes tributários*”.

Esta Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão em 30 de Setembro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade.

Apresentaram propostas de alteração, durante a discussão e votação, os Grupos Parlamentares do BE, do PCP e do PS e intervieram na discussão as Senhoras Deputadas Cecília Honório (BE) e Teresa Anjinho (CDS/PP) e os Senhores Deputados João Oliveira (PCP), Hugo Velosa (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Filipe Neto Brandão (PS) e Jorge Lacão (PS), que apreciaram e debateram as propostas de alteração apresentadas e as soluções da Proposta de Lei nos seguintes termos:

ARTIGO 1.º

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

- Corpo do artigo - na redacção da PPL 20/XII - Aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PS e abstenções do PCP e do BE;
- Aditamento de um n.º 2, na redacção das propostas de alteração do BE - Rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS/PP, e a favor do PS, do PCP e do BE;
- Aditamento de um n.º 2, na redacção das propostas de alteração do PS - Rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS/PP, a favor do PS, e abstenções do PCP e do BE;

ARTIGO 2.º

N.º 1 - na redacção da PPL 20/XII

Aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE;

N.º 2 - proposta de eliminação, do PS

Rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS/PP, a favor do PS e do PCP e a abstenção do BE;

N.º 2 - na redacção da PPL 20/XII

Aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE;

N.º 3 – proposta de aditamento, do PCP

Rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS/PP, a favor do PS e do PCP e a abstenção do BE;

ARTIGO 3.º

- Corpo do artigo - na redacção da PPL 20/XII

Aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE;

- Aditamento de um n.º 2 - das propostas de alteração do BE

Rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS/PP e a favor do PCP e do BE;

- Aditamento de um n.º 2 - das propostas de alteração do PCP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

Rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS/PP e a favor do PCP e do BE;

ARTIGO 4.º

Corpo, na redacção da PPL 20/XII

Aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE;

ARTIGO 5.º

N.ºs 1 e 2, na redacção da PPL 20/XII

Aprovados, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE;

ARTIGO 6.º

- N.º 1, na redacção das propostas de alteração do PS

Rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS/PP, a favor do PS e abstenções do PCP e do BE;

- N.º 2, na redacção das propostas de alteração do PS

Rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS/PP, a favor do PS e abstenções do PCP e do BE;

- Corpo do artigo, na redacção da PPL 20/XII

Aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, passou-se à apreciação dos pareceres das seguintes iniciativas europeias, que foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV, após uma sua breve apresentação:

- Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria um mecanismo de avaliação e controlo para verificar a aplicação do acervo de Schengen [COM(2011)559] e Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

fronteiras internas em circunstâncias excepcionais [COM(2011)560], que, na ausência da Relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), foram apresentados pelo Senhor Deputado Jorge Lacão;

- Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório de 2010 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE [COM (2011) 160 final], que foi apresentado pela Relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS).

No quinto ponto da ordem de trabalhos, foi fixada a redacção final do texto que *“Transfere competências dos Governos Civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República”* [Proposta de Lei n.º 14/XII/1.ª (GOV)], tendo sido cumprido pela Comissão o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 1675/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Foi ainda fixada a redacção final do texto que *“Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28.ª alteração ao Código Penal e transpõe a Directiva n.º 2008/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008 e a Directiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009”* [Proposta de Lei n.º 10/XII/1.ª (GOV)], tendo sido cumprido pela Comissão o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 1689/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Por fim, o Senhor Presidente deu conhecimento à Comissão de que o grupo de trabalho constituído para preparar a discussão e votação na especialidade das iniciativas legislativas sobre enriquecimento ilícito (PJL-4/XII-BE, 5/XII-BE, 11/XII-PCP e 72/XII-PSD/CDS-PP) já estava formalmente constituído e poderia dar início aos seus



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

trabalhos. Convocou ainda a Mesa da Comissão e os Coordenadores para uma reunião informal após o Plenário para deliberação sobre a aprovação, pela Comissão, de um relatório sobre as audições realizadas na Comissão sobre *“alegadas fugas de informação nos Serviços de Informação da República Portuguesa e sobre o alegado acesso aos registos telefónicos pessoais de um jornalista”*.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de Outubro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(FERNANDO NEGRÃO)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ACTA NÚMERO 28/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Elza Pais
João Lobo
Maria de Belém Roseira
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Maria Paula Cardoso